

**Entrevista à imprensa - governador de Minas Gerais, Aécio Neves**

**Evento: Abertura do Ciclo de Debates Minas Combate a Crise**

**Local: Expominas – Belo Horizonte**

**Data: 14/4/09**

**Pergunta: O debate sobre a crise é importante para Minas Gerais?**

**Resposta:** É nossa obrigação. Só acredito na superação efetiva da crise, pelo menos naquilo que nos diz respeito, se agirmos de forma coordenada. Em primeiro lugar, é importante compreender as razões, as origens e o próprio epicentro dessa crise, que não está aqui, mas cujas consequências nós sofremos. Essa é a razão de termos, setor público e setor privado, uma visão comum de como agirmos de forma coordenada, planejada, para que seus efeitos sejam minimizados. Tenho confiança de que o Brasil, em razão da própria extensão ou do crescimento do seu mercado interno, terá melhores condições do que outros países de superar, num espaço de tempo mais curto, os efeitos piores da crise. Mas devemos partir todos da realidade; e a realidade é que ela é extremamente grave.

Os efeitos, sobretudo no que diz respeito ao emprego, são sentidos em todo o Brasil em praticamente todas as atividades, com nuances, obviamente, entre elas. Em Minas Gerais, ela tem características específicas, porque somos um forte Estado exportador. Da mesma forma que nos beneficiamos pela expansão da economia internacional durante os últimos quatro ou cinco anos, agora sofremos fortemente também com a retração desse mercado. Por isso a necessidade das medidas que estamos tomando. Acho que Minas Gerais foi o primeiro dos Estados brasileiros a tomar medidas internas de alargamento de prazos para pagamento de impostos e de linhas especiais de crédito junto aos nossos organismos de fomento para os setores mais atingidos. Eu estou otimista. Creio que, já a partir do segundo trimestre deste ano, começaremos a ter uma arrecadação próxima à que ocorreu no mesmo período de 2008, já que as perdas do primeiro trimestre em Minas foram muito expressivas.

**Pergunta: As medidas adotadas pelo Governo Federal durante a crise estão no caminho certo?**

**Resposta:** Houve uma demora para compreender que nós não estávamos frente a uma marola e sim a um *tsunami*. Mas muitas medidas vieram na direção correta. Entre elas, aquela que permite, por exemplo, que o setor automotivo retome a sua produção. Nós estamos voltando a ter o mesmo nível de produção pré-crise em reação à isenção de algumas contribuições, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Agora, nós precisamos perceber que todas essas medidas, mesmo as tomadas pelo Governo Federal, passam despercebidas, pois têm a contribuição de Estados e municípios. Estamos, na verdade, cortando impostos compartilhados. Existe, portanto, uma questão de fundo: vivemos um momento de muita fragilidade da federação. Ao invés de municípios e Estados estarem com melhores condições para ajudar o País agora, com novos investimentos para a superação da crise, o que vemos é a fragilização absoluta de municípios e de alguns Estados. Se tivéssemos no Brasil efetivamente uma federação, com poderes e responsabilidades, mas com recursos distribuídos de forma mais adequada, os outros entes poderiam agora não significar um peso, mas sim uma solução para a crise.

**Pergunta: E o anúncio, pelo Governo Federal, da ajuda de R\$ 1 bilhão para todos os municípios, não somente aqueles que tiveram perdas com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)?**

**Resposta:** É um paliativo e veio em boa hora. Por outro lado, nós propusemos ao presidente Lula a criação de um piso mínimo de fundo para o repasse dos recursos do FPM. Quando, por exemplo, por alguma eventualidade sazonal ou mesmo pelo agravamento da crise, esse piso mínimo não for alcançado, o Governo deverá suprir os municípios complementando-o, seja através de recursos do Fundo Soberano ou de alguma outra fonte. Acredito que o Governo Federal deve caminhar nessa direção. Essa proposta foi entregue ao presidente Lula pela presidência da Associação Mineira dos Municípios (AMM), mas também em nosso nome. A idéia é de estabelecer esse piso com base no que foi recebido no ano anterior. Não adianta apenas ter um paliativo, por mais bem-vindo que seja. Não adianta termos agora um reforço de caixa para os municípios se, em 2010, tivermos nova queda. Essa instabilidade nos municípios brasileiros é também uma das razões da crise nas nossas cidades.

**Pergunta: O presidente da Fiemg, Robson Andrade, afirmou que o ano está quase perdido e que não acredita em recuperação. O senhor falou que, já no segundo trimestre, espera uma recuperação. Há um indicador palpável disso ou esta é uma estimativa de crescimento?**

**Resposta:** Tivemos um primeiro trimestre muito ruim. A cadeia mineral como um todo sofreu uma queda de arrecadação extremamente expressiva. O que percebemos, a partir do final de março, é que voltamos a estar próximos do que foi arrecadado em março de 2008 do ponto de vista nominal, sem qualquer correção. É muito aquém daquilo que estimávamos do ponto de vista orçamentário. Mas acredito que vamos, ainda nesse segundo trimestre, recuperar a arrecadação nominal do segundo trimestre do ano passado. Nossa expectativa, até mesmo pelo retorno de encomendas de determinados setores, é de que, no segundo semestre, iniciaremos um processo de recuperação. Vamos ficar, obviamente, muito aquém daquilo que foi projetado, mas é com essa realidade que temos de conviver. O Estado está se ajustando e, felizmente, temos instrumentos muito ágeis e operacionais que permitem encurtar o custeio de determinado programa ou alongar determinado projeto, mas cumprir integralmente com todos os projetos prioritários para o Estado, ou seja, aqueles que geram renda e emprego.

**Pergunta: A Executiva Estadual do PSDB se reuniu ontem e já definiu que os filiados até 31/12/08 é que poderão votar nas prévias. O senhor acha que os outros Estados vão concordar com essa orientação?**

**Resposta:** Essa questão está sendo conduzida pela direção nacional do partido. O que tenho ouvido, pelo menos do secretário-geral e do presidente do partido, é que há necessidade de um certo recadastramento em alguns Estados. E é natural que isso ocorra. Acredito que a data para votação nas prévias deve ser uma data pretérita. Jamais pode ser uma data para o futuro, porque isso desencadearia um processo descontrolado de filiações, que não seria bom para o partido.